

RESENHA

Pensando a democracia reflexiva como resposta aos desafios das mudanças climáticas

Obra resenhada: DRYZEK, John, PICKERING, Jonathan. *The politics of the Anthropocene*. Oxford: Oxford University Press, 2019. 206 p.

Herlaine Marley Romão Ferreira¹

Publicado em 2018 pela editora Oxford University Press, e ainda sem tradução para o português, o livro *The politics of the Anthropocene* traz as discussões de John Dryzek e Jonathan Pickering quanto ao rumo político necessário para reformulação da interação humana com o Sistema Terra no Antropoceno. Dryzek é professor do *Centre for Deliberative Democracy and Global Governance* e *Institute for Governance & Policy Analysis* da University of Canberra, na Austrália. Pickering é seu colega na instituição, atuando como professor assistente no *Canberra School of Politics, Economics and Society*.

No cenário de crise climática, as Ciências Sociais têm muito a contribuir no debate em diversas frentes. Uma delas é pensar o modelo democrático adequado para uma nova realidade planetária. Este livro se debruça na formulação da ideia de que as mudanças climáticas exigem respostas eficazes a curto, médio e longo prazo, que podem - ou não - garantir a permanência de nossa espécie no planeta. Os autores trazem como tese central a defesa que as instituições de tomadas de decisão desenvolvidas na estabilidade climática do Holoceno não são capazes de responder adequadamente às necessidades que a instabilidade do Antropoceno apresenta. Segundo eles, é preciso instituições reflexivas a fim de garantir sustentabilidade e justiça planetária.

O livro é dividido em oito capítulos. No primeiro, eles introduzem a discussão sobre o termo Antropoceno e suas implicações práticas, ou seja, os lados bom, ruim e inescapável das mudanças climáticas. No segundo capítulo, eles se dedicam a analisar as instituições de tomadas de decisão construídas no Holoceno, identificando as patologias a serem combatidas. Nos capítulos 3, 4 e 5, são evidenciadas as características fundamentais da política do Antropoceno. Para eles, apenas com a reflexividade ecológica seria possível alcançar dois objetivos centrais: justiça e sustentabilidade. Nos capítulos finais, a discussão se concentra em como produzir uma política do Antropoceno através de mecanismos que possibilitem que as tomadas de decisão sejam frutos de uma democracia mais reflexiva.

O Antropoceno inescapável

Dryzek e Pickering iniciam o livro propondo uma comparação entre os humanos e as cianobactérias - que surgiram há cerca de 2 bilhões de anos e produziram o oxigênio que modificou o clima da Terra e, depois de milhões de anos, decretou seu próprio fim. As mudanças climáticas que ameaçam a vida humana na Terra também são resultado da forma de viver do próprio homem: seus valores, práticas e instituições. As mudanças que a humanidade provocou no Sistema Terra deu fim ao período conhecido como Holoceno, caracterizado pela estabilidade climática. Estaríamos agora no Antropoceno, período no qual o homem se coloca como força geológica, fazendo sozinho em curto espaço de tempo o que outras forças naturais levariam milênios: mudar o clima da Terra.

O resultado é uma nova realidade, predominada pela instabilidade climática que ameaça ecossistemas inteiros. O Antropoceno, segundo os autores, impõe para a nossa sociedade três condições. A primeira é o Antropoceno ruim, pois é impossível um retorno às condições do Holoceno. A segunda é o Antropoceno bom, que percebe nesta nova realidade a oportunidade de novas conquistas. O problema aqui são os que defendem o uso da tecnologia para solucionar a questão das mudanças climáticas, pois esta visão passa a falsa sensação de tranquilidade e mantém as práticas que nos trouxeram a esse ponto crítico.

O terceiro ponto é entender o Antropoceno como inescapável, no qual a negociação é o principal caminho tanto para identificar a fonte do problema quanto para corrigi-lo. Nessa visão, o Antropoceno é uma oportunidade de repensar nossas instituições, pois percebemos que tudo se torna mais dinâmico. O inescapá-

¹ Herlaine Ferreira é bacharela em jornalismo e licenciada em Ciências Sociais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora PPGCSO/UFJF.

vel nos faz entender que é preciso também repensar a relação do homem com o não humano para reavaliar nossa posição dentro do Sistema Terra. Assim, a proposta do livro se enquadra sob a perspectiva do Antropoceno inescapável e eles se propõem a entender como as instituições e práticas devem responder neste cenário de deliberação.

Instituições holocênicas

O primeiro argumento do livro é que a governança no Holoceno foi desenvolvida em condições que tornaram suas práticas incapazes de responder adequadamente ao cenário antropocênico. Nossas instituições - Estado, mercado e organizações internacionais - foram, segundo eles, construídas ao longo dos últimos séculos para combater ameaças, como guerras e doenças. Além disso, seu principal objetivo é produzir crescimento econômico. Devido à colonização, essas instituições ignoravam as restrições naturais por estarem desligadas dos locais de exploração de recursos. Já no nível local, o Estado se ocupava de assegurar o crescimento econômico e o estado de bem estar social, ignorando também o fator não humano.

Quando não existem ameaças às prioridades do Estado, suas instituições agem para reforçar a necessidade de sua existência, criando formas de decisão que dependem de decisões anteriores formando a condição de *dependência de trajetória*, que pode ser benigna ou patológica. Dentro do enfrentamento às questões ecológicas, por exemplo, uma consequência positiva seria a criação de departamentos ambientais, já uma consequência negativa seria o negacionismo. No Antropoceno, os autores apontam como prioridade o combate às *dependências de trajetórias patológicas* (DTP), pois elas impedem a ação voltada à mudança e ao dinamismo, mantendo as instituições dominantes com foco nas preocupações econômicas e combatendo a reflexividade². Por isso, as instituições usam a DTP para inibir o surgimento de instituições novas, que funcionem melhor. Diante desse entrave prático, é inserido o segundo ponto do livro: pensar em instituições com novas habilidades, numa governança com capacidade de ação baseada em reflexividade e no combate à DTP. Para argumentar a necessidade de ampliação da democracia, eles comparam reflexividade e DTP analisando os resultados das United Nations Climate Change Conferences (UNFCCC) através das Con-

ferências das Partes (COPs)³. Os eventos são, para eles, uma demonstração da estrutura ossificada das instituições holocênicas, mas com algumas amostras de reflexividade, como a diferenciação - entre estados desenvolvidos e estados em desenvolvimento - para classificar a responsabilização pelos efeitos e pelas respostas às mudanças climáticas.

Antropoceno reflexivo

Uma questão importante para os autores é que no Antropoceno não se pode esperar que uma crise estimule a reflexividade, principalmente porque a percepção de uma crise pode não ser rápida o suficiente ou porque muitas pessoas ainda não conectam alguns eventos extremos com as mudanças climáticas. Além disso, mudanças pontuais nas instituições nem sempre levam a mudanças posteriores por estarem presas às DTP. Eles defendem, portanto, ações orientadas a fim de ampliar a reflexividade para respostas mais eficazes, uma vez que tal prática visa a participação crítica de atores não estatais local e globalmente. Ressaltam que a reflexividade precisa buscar primordialmente duas metas: *justiça planetária* e *sustentabilidade*.

Ao trabalhar o primeiro tema, Dryzek e Pickering buscam não rejeitar a noção de justiça do holoceno, porém é indispensável desconectar a concepção de parte da cultura moderna de que crescimento econômico está conectado com promoção de justiça. No Antropoceno, o ideal seria ampliar tal noção para o que chamam de justiça planetária, que une três ideias centrais. A primeira é que justiça não pode mais ser centrada na função do Estado como questão interna, uma vez que a ação de um indivíduo em um país pode prejudicar cidadãos de outros países, por exemplo. A segunda, é uma justiça comprometida também com gerações futuras. E a terceira, a justiça para com os não humanos, como exemplos de representação jurídica na defesa de rios ou ecossistemas. Neste ponto, os autores retomam a discussão sobre a necessidade de compreender a responsabilização na promoção dessa justiça planetária, mas alertam que ao dividir países desenvolvidos como devedores e países em desenvolvimento como credores, a prática da UNFCCC acaba por opor os atores políticos em dois mundos com visões distintas, o que dificulta acordos. Eles sugerem a união de abordagens individualistas e coletivistas.

Para os autores, a discussão pode iniciar com

2 Os autores se referem à reflexividade como apontada por Beck em "Modernização Reflexiva", em que reflexividade se relaciona com a autocrítica e a autoconfrontação e não apenas com a reflexão.

3 As COPs são eventos anuais organizados pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de mitigar os riscos ambientais. O primeiro ocorreu em Berlim, na Alemanha, em 1995. Os principais acordos climáticos globais conquistados são derivados das COPs.

a responsabilização mais individualizada de países poluidores com medidas proporcionais às ações ambientalmente danosas ao longo da história, no entanto tal abordagem pode apresentar problemas para a cooperação internacional. Por isso, a forma final de conectar as retóricas de diferentes países seria uma ação coletiva capaz de integrar movimentos transnacionais. Aqui é necessário considerar não apenas responsabilizações diferentes como também diferentes noções de justiça que podem ser contraditórias à visão ocidental, incluindo culturas que já abrangem o sistema terra em suas concepções de justiça

Já a noção de sustentabilidade precisa ser adotada de forma reflexiva, ou seja, ser aberta, sintonizada ecologicamente, dinâmica, com visão de futuro e integrada à justiça. Aberta para acompanhar tanto deliberações com cientistas quanto com a sociedade, no entanto não tão aberta a ponto de prolongar discussões e adiar a prática. Ecologicamente sustentável para perceber a interação de nossas instituições inseridas na sociedade, que por sua vez faz parte de um sistema socioecológico que se insere no Sistema Terra, formando *círculos concêntricos*. Dinâmica para ser sensível às mudanças de valores, às interações entre sociedade e Sistema Terra e às mudanças do próprio sistema Terra. A sustentabilidade também precisa ter uma visão de longo prazo para se responsabilizar com o potencial socioecológico do planeta no futuro, exercendo o que os autores chamam de clarividência. Para isso é preciso manter algumas concepções em aberto para responder ao avanço da ciência. Tudo sem abrir mão da justiça planetária.

Tendo como base as características acima citadas, os autores analisam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁴ de 2015 e os comparam com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁵ de 2000. Eles apontam avanços na ampliação das discussões, mas também sentem falta do reconhecimento de alguns riscos ao planeta e identificam certa incapacidade de se adaptar a novas descobertas científicas. Diagnosticando as falhas das instituições holocênicas, os autores começam a discutir propostas práticas para a política do Antropoceno. Eles usam o termo *agência formativa* para designar o espaço de ação baseada na escuta, reflexão, previsão e anteci-

pação com a finalidade de transformar as estruturas existentes, numa ação de baixo pra cima.

Nessa esfera, os agentes formativos atuam como *empreendedores do discurso* que deliberam entre si moldando, formando um pensamento orientado para discussão e decisão. São fundamentais aqui atores como líderes políticos, cientistas, intelectuais públicos, movimentos sociais e ativistas, por exemplo. Para agir de forma eficaz, os autores defendem que tais agentes se baseiem na razão - para combater o negacionismo -, na retórica - quando a razão não for suficiente - e na deliberação - ao negociar com as instituições. A agência é, portanto, um instrumento de combate às DTPs. Além disso, eles insistem que os mais vulneráveis e impactados pelas mudanças climáticas façam parte dessa esfera através de órgãos legítimos. Cidades e governos subnacionais e os interesses da natureza não humana são também atores importantes dessa arena política.

Assim, teríamos o que definem como *Antropoceno democrático*. Nesse novo cenário proposto pelos autores, a ação política ocorre numa *esfera formativa* movida pelo poder comunicativo capaz de interagir peritos e cidadãos multidirecionalmente. Os peritos precisam tomar especial atenção para que sua comunicação tenha qualidade suficiente para chegar e impactar a opinião pública, evitando e/ou combatendo os filtros ideológicos. Portanto, é preciso assumir um modelo no qual os cidadãos sejam mais ativos, conciliando as preocupações dos leigos com os resultados da ciência. Neste sentido, os autores analisam os modelos institucionais do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC)⁶ e da Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)⁷ demonstrando os pontos de necessidade de evolução para que os cidadãos possam contribuir e, conseqüentemente, participar mais, ampliando o impacto da ciência na opinião pública através desses eventos.

O ideal é que discursos não sejam cooptados pelos interesses das instituições dominantes, como greenwashing, o populismo ou o negacionismo. Para isso é preciso uma comunicação direcionada a favor do equilíbrio climático com a promoção orientada no domínio de termos como sustentabilidade e radicalismo verde. Dessa forma, a reflexividade, apon-

4 Pacto global estabelecido pela ONU com 17 objetivos que envolvem os temas fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, meio ambiente e justiça social.

5 Metas para 2015 traçadas pela ONU que incluía oito objetivos: acabar com a fome e a miséria, educação para todos, igualdade entre sexos, redução da mortalidade infantil, melhora na saúde de gestantes, combate de doenças como AIDS e malária, respeito ao meio ambiente e todos trabalhando pelo desenvolvimento.

6 O Painel é um órgão pertencente à ONU que reúne periodicamente as descobertas científicas sobre as mudanças climáticas em relatórios que buscam orientar práticas e decisões no combate ao aquecimento global e na proteção ambiental.

7 Plataforma fomentada pela ONU com o intuito de melhorar e ampliar a interação entre ciência e política. Também produz relatórios com tais fins.

tam os autores, deve ser construída por uma esfera formativa aberta, inclusiva, crítica e consequente, trabalhando com resultados sempre provisórios, visto que novas informações, novos desafios e melhores argumentos gerarão mais reflexão.

No campo de debate, portanto, o objetivo é o metaconsenso que, diferente do consenso simples, busca a concordância quanto à legitimidade dos valores contestados, credibilidade das contestações, um leque de opções aceitáveis e uma gama maior de discursos, tendo como premissa um certo grau de crítica e autocrítica passando pelo escrutínio de suas posições e dos outros atores. Assim, as instituições na governança reflexiva precisam ser como *quadros vivos*, capazes de ações que equilibrem agilidade e durabilidade sempre em consonância com as fronteiras planetárias. Eles citam exemplos de quadros vivos já existentes na prática, como Regime do Ozônio⁸, no entanto apontam que outros grandes acordos ainda carecem de mais vivacidade para se tornarem mais reflexivos, como o Acordo de Paris⁹ e as Metas de Aichi¹⁰, concluindo que ainda há muito no que avançar.

8 Também conhecido como Protocolo de Montreal, é um acordo flexível e robusto, elogiado e tido como modelo de eficiência para tratados ambientais globais.

9 Acordo estabelecido na COP de 2015, o acordo global mais robusto com metas que visam a contenção do aquecimento global em 1,5°C.

10 Plano definido na Conferência das Partes para Biodiversidade em 2010 que visava ações no combate à perda de biodiversidade até 2020.